

REENERGISA GERAÇÃO
FOTOVOLTAICA V S/A

RESULTADOS
2025

 reenergisa

REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA V S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2025

Cataguases, 26 de março de 2026 – A Administração da REENERGISA GERAÇÃO FOTOVOLTAICA V S/A

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA V S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	4.682	2.585
Clientes	5	-	85
Tributos a recuperar	6	25	9
Outros créditos		1.049	917
Total do circulante		5.756	3.596
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Tributos a recuperar	6	82	23
		82	23
Imobilizado	7	22.071	22.900
Direito de Uso	8	357	372
Total do não circulante		22.510	23.295
Total do ativo		28.266	26.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA V S.A.
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	9	1	1
Arrendamentos operacionais	10	23	42
Impostos e contribuições sociais	11	234	89
Dividendos a pagar	13.3	448	175
Outros passivos		51	15
Total do circulante		757	322
Não circulante			
Arrendamentos operacionais	10	357	341
Provisão para desmobilização		1.059	1.059
Total do não circulante		1.416	1.400
Patrimônio líquido			
Capital social	13.1	24.620	24.244
Reserva de lucros	13.2	130	36
Dividendos adicionais propostos	13.3	1.343	513
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	-	376
Total do patrimônio líquido		26.093	25.169
Total do passivo e patrimônio líquido		28.266	26.891

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA V S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Nota	2025	2024
Receita operacional líquida	14	2.957	1.845
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	15	(847)	(514)
Lucro bruto		2.110	1.331
Despesas gerais e administrativas	15	(14)	(57)
Outras receitas/despesas		(39)	-
Equivalência patrimonial		-	-
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		2.057	1.274
Receitas financeiras	16	390	77
Despesas financeiras	16	(47)	(29)
Despesas financeiras líquidas	16	343	48
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.400	1.322
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	(515)	(133)
Lucro do exercício		1.885	1.189
Lucro básico por ação - R\$	18	0,06	0,05

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA V S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	2025	2024
Lucro/Prejuízo do exercício	1.885	1.189
Total do resultado abrangente do exercício, líquido de impostos	1.885	1.189

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA V S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

(Em milhares de reais)

Nota	Capital social	Reserva de Lucros	Dividendos adicionais propostos	Prejuízos acumulados	Adiantamento para futuro aumento de capital	Total
		Reserva legal				
Saldos em 01 de janeiro de 2024	1.836	-	-	(465)	-	1.371
Aumento de capital conforme AGE do dia 01/03/2024	13.1	22.408	-	-	-	22.408
Lucro do exercício	-	-	-	1.189	-	1.189
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						-
Reserva legal	13.2	-	36	(36)	-	-
Dividendos	13.3	-	-	(175)	-	(175)
Dividendos adicionais propostos	13.3	-	-	513	(513)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	376	376
Saldos em 31 de dezembro de 2024	24.244	36	513	-	376	25.169
Aumento de capital conforme AGOE do dia 24/04/2025	13.1	376	-	-	(376)	-
Pagamento de dividendos	-	-	(513)	-	-	(513)
Lucro do exercício	-	-	-	1.885	-	1.885
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício:						-
Reserva legal	13.2	-	94	(94)	-	-
Dividendos	13.3	-	-	(448)	-	(448)
Dividendos adicionais propostos	13.3	-	-	1.343	(1.343)	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	24.620	130	1.343	-	-	26.093

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA V S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - DVA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Geração do valor adicionado:			
Receitas			
Receitas de locação de equipamentos e prestação de serviços	14	3.069	1.915
		3.069	1.915
(-) Insumos adquiridos de terceiros			
Serviços de terceiros	15	-	(5)
Outros custos operacionais		(83)	(37)
		(83)	(42)
Valor adicionado bruto			
Depreciação e amortização	15	2.986	1.873
		(813)	(507)
		2.173	1.366
Valor adicionado líquido produzido			
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16	390	77
		390	77
		2.563	1.443
Valor adicionado total a distribuir			
Distribuição do valor adicionado:			
Impostos, taxas e contribuições			
Federais		627	203
Estaduais		18	2
Remuneração de capital de terceiros			
Juros	16	47	29
Aluguéis		(14)	20
Remuneração de capitais próprios			
Dividendos		1.791	688
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	18	94	501
		2.563	1.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

REENERGISA GERACAO FOTOVOLTAICA V S.A.
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro do exercício	18	1.885	1.189
Imposto de renda e contribuição social corrente	17	515	133
Despesas (receitas) com juros, variações monetárias - líquidas		(301)	(12)
Depreciação e amortização	15	813	507
Redução (aumento) dos ativos			
Clientes		40	(112)
Tributos a recuperar		(75)	(26)
Outros créditos		(132)	1.301
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		-	(4)
Tributos e contribuições sociais		(370)	(110)
Provisão para desmobilização de usinas		-	1.059
Outras contas a pagar		36	(18.604)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais		2.411	(14.679)
Atividades de investimentos			
Aplicações financeiras e recursos vinculados		390	77
Aplicações no imobilizado e intangível	7	(73)	(5.618)
Alienação de bens do imobilizado e intangível		104	-
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos		421	(5.541)
Atividades de financiamento			
Pagamento de dividendos		(688)	-
Pagamento arrendamento mercantil	10	(47)	(40)
Aumento de capital	13.1	-	22.408
Recursos destinados a aumento de capital	12	-	376
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento		(735)	22.744
Variação líquida do caixa		2.097	2.524
Caixa mais equivalentes de caixa iniciais	4	2.585	61
Caixa mais equivalentes de caixa finais	4	4.682	2.585
Variação líquida do caixa		2.097	2.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reenergisa Geração Fotovoltaica V S.A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário).

1. Contexto operacional

A Reenergisa Geração Fotovoltaica V (“Reenergisa V” ou “Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto a implantação, desenvolvimento e exploração de usina solar, na modalidade minigeração distribuída, através de sistema de compensação de energia de geração compartilhada.

Nos últimos anos, a Companhia intensificou os investimentos em sistemas próprios para locação com o intuito de expandir sua cartela de clientes e maior atuação no mercado de energias renováveis.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a IFRS Accounting Standards emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 26 de março de 2026.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e foram preparadas com base no custo histórico.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A preparação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

Nota explicativa nº 7 – Imobilizado: previsão de vida útil dos ativos

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Políticas contábeis materiais

a) Caixa e equivalentes de caixa: os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b) Clientes – referem-se as faturas de aluguel de quotas de usinas fotovoltaicas, sendo reconhecido quando faturado o contrato. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (PPECLD) é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas e probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

c) Imobilizado – itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente;

Desmobilização dos ativos fotovoltaicos: considerando que as usinas possuem contratos de arrendamento do terreno e assumiram obrigações de retirada de ativos no final do prazo do contrato, a Companhia efetuou o registro de provisão para desmobilização de Ativos. A provisão foi inicialmente mensurada ao seu valor justo e, posteriormente, é ajustada a valor presente de acordo com as mudanças no valor ou na tempestividade dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente.

d) Intangível – os ativos intangíveis compreendem o direito de uso e os gastos incorridos na aquisição de softwares de manutenção de sistemas;

e) Redução a valor recuperável

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia, revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável é consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso se tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso é como segue:

- (i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;
- (ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e
- (iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos imobilizados e intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

f) Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente – a Companhia adota o regime de tributação com base no lucro presumido, com apuração trimestral nos meses de março, junho, setembro e dezembro, mediante o qual os tributos correntes sobre o lucro são mensurados pelo valor efetivamente pago ou a pagar às autoridades fiscais, aplicando-se as alíquotas e a legislação tributária vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

O imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% sobre a parcela que exceder R\$ 60 mil por trimestre (R\$ 240 mil no ano), aplicados sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas sujeitas à tributação, tais como receitas financeiras e ganhos de capital, tributadas integralmente ou com percentuais de presunção específicos conforme a legislação aplicável. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre a base de cálculo presumida correspondente a 32% da receita bruta, acrescida das demais receitas tributáveis pelos mesmos critérios aplicáveis ao IRPJ.

Em conformidade com o ICPC 22 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que a autoridade tributária aceitará determinado tratamento tributário adotado. Quando se conclui que a aceitação do tratamento tributário é improvável, o efeito da incerteza sobre os tributos

correntes ou diferidos é refletido no resultado do exercício pelo método que melhor estime a resolução da incerteza.

g) Arrendamento - os contratos são avaliados, se ele é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), os pagamentos de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

h) Provisões - são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso;

i) Dividendos - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o período contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido;

j) Receita operacional - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços, sendo composta em sua grande maioria de contratos com clientes. A sua satisfação das obrigações de desempenho é avaliada e mensurada a cada contrato com o cliente. A Companhia somente reconhece as receitas oriundas desses contratos na medida em que haja o cumprimento da obrigação de desempenho implícita em cada contrato.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao

cliente.

A receita de locação de usinas fotovoltaicas, é reconhecida mensalmente com base no valor das faturas de locação emitidas e enviadas aos clientes finais. É feito um cálculo sobre a geração de créditos de energia da usina no mês e as faturas são calculadas com base em um percentual de cada cliente consome na usina conectada.

k) Demais ativos e passivos circulantes e não circulante - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

l) Demonstração do valor adicionado - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2025

Pronunciamentos novos ou revisados	Natureza da revisão/emissão
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	A principal alteração na revisão do CPC 18 (R3) é relacionado à aplicação do método de equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas demonstrações financeiras individuais. Tal método já era permitido por lei no Brasil, houve apenas a adição de texto em convergência às normas internacionais portanto não houve impacto material em relação à norma vigente nas demonstrações
Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	As alterações ao CPC 02 (R2) incorporam as alterações trazidas pelo <i>Lack of Exchangeability</i> , emitido pelo IASB, que define o conceito de moeda conversível, e orienta para procedimentos de moedas não conversíveis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras.
OCPC 10: Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação técnica direciona o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (allowances) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro. A orientação técnica não produziu impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Os pronunciamentos novos ou revisados não representaram impacto relevante nas Demonstrações Financeiras.

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Pronunciamentos ainda não vigentes	Exercícios anuais com início em ou após	Natureza da revisão/emissão
CPC 51 (IFRS 18) – Apresentação e divulgação nas Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2027	O CPC 51 substituirá o pronunciamento técnico CPC 26 (R1), e tem como principais objetivos e mudanças: aprimorar a apresentação das demonstrações contábeis, exigir a divulgação em notas explicativas de medidas de desempenho definidas pela administração e introduzir novos princípios de agregação e desagregação de informações. As alterações trarão impactos para as demonstrações financeiras referentes a períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, bem como informações comparativas (aplicação retrospectiva). Tais impactos estão sendo avaliados pela Administração da Companhia, em processo de implementação durante o exercício corrente de 2026.
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027	A norma permite que entidades controladas, que não possuam responsabilidade pública, e que possuam uma controladora final ou intermediária que prepare demonstrações financeiras consolidadas, optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. As aplicações serão avaliadas pela Administração.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	1º de janeiro de 2026	As alterações nas normas indicam modificações relevantes nos requisitos de classificação, mensuração e divulgação dos instrumentos financeiros. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.
Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 – Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais	1º de janeiro de 2026	As alterações se aplicam a contratos que façam referência a eletricidade dependente de fatores naturais, esclarecendo a aplicação dos requisitos de “uso próprio”, entre outras definições. A Companhia não irá aplicar as alterações de forma antecipada, e irá acompanhar a convergência dos pronunciamentos CPC 48 e CPC40 (R1) para avaliar os possíveis impactos nas suas demonstrações financeiras.

4. Caixa e equivalente de caixa

A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2025 equivale a 87,0% (87,0% em 2024) do CDI.

Descrição	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	11	1.001
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Operações Compromissadas ⁽¹⁾	4.671	1.584
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	4.682	2.585

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação, com base nas taxas vinculadas ao CDI.

5. Clientes

Descrição	2024
Serviços não faturados ⁽¹⁾	85
Total - Circulante	85

(1) O valor dos serviços não faturados refere-se à apropriação por competência dos valores de prestação dos serviços de acordo com as condições contratadas, apurados na data do balanço, cujos saldos serão transferidos para contas a receber quando do correspondente faturamento.

6. Tributos a recuperar

Descrição	2025	2024
PIS/COFINS/CSSL retidos na fonte ⁽¹⁾	9	9
IRPJ	96	23
Contribuição Social sobre o Lucro – CSLL	2	-
Total	107	32
Total - circulante	25	9
Total - não circulante	82	23

(1) Referem-se a créditos de tributos a recuperar ou retidos na fonte, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

7. Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2024	Adição	Transferências	Baixas	Depreciação	Saldos em 2025
Imobilizado em Serviço							
Custo							
Edificações e benfeitorias	3,33%	830	-	-	-	-	830
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,09%	18.875	-	74	(119)	-	18.830
Total do imobilizado em serviço		19.705	-	74	(119)	-	19.660
Depreciação Acumulada							
Edificações e benfeitorias		(2)	-	-	-	(28)	(30)
Máquinas e equipamentos		(492)	-	-	15	(770)	(1.247)
Total Depreciação acumulada		(494)	-	-	15	(798)	(1.277)
Subtotal Imobilizado		19.211	-	74	(104)	(798)	18.383
Imobilizado em curso		3.689	73	(74)	-	-	3.688
Total do Imobilizado		22.900	73	-	(104)	(798)	22.071

Imobilizado	Taxa média de depreciação (%)	Saldos em 2023	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2024
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações e benfeitorias	3,33%	-	-	830	-	830
Máquinas e equipamentos ⁽¹⁾	4,10%	-	-	18.875	-	18.875
Total do imobilizado em serviço		-	-	19.705	-	19.705
Depreciação Acumulada						
Edificações e benfeitorias		-	-	-	(2)	(2)
Máquinas e equipamentos		-	-	-	(492)	(492)
Total Depreciação acumulada		-	-	-	(494)	(494)
Subtotal Imobilizado		-	-	19.705	(494)	19.211
Imobilizado em curso		17.776	5.618	(19.705)	-	3.689
Total do Imobilizado		17.776	5.618	-	(494)	22.900

(1) Inclui R\$1.059 (R\$1.059 em 2024) deduzidos de Ajuste a Valor Presente, de valores estimados com a desmobilização dos ativos de geração que serão incorridos pela Companhia na desmontagem de equipamentos e recuperação e restauração do sítio onde se encontram instalados as Usinas quando do encerramento dos contratos. A estimativa foi mensurada com base no valor presente dos custos esperados para liquidar a obrigação, utilizando uma taxa de desconto que reflete o risco do negócio, com base na melhor estimativa da Administração. A provisão é reconhecida no passivo não circulante, sendo revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida ao custo do ativo.

8. Direito de Uso

	Taxa média de amortização	Saldos em 2024	Amortização	Saldos em 2025
Direito de Uso				
Custo	3,90%	385	-	385
Amortização Acumulada		(13)	(15)	(28)
Total do Intangível – direito de uso		372	(15)	357

	Taxa média de amortização	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Saldos em 2024
Direito de Uso					
Custo	3,38%	-	385	-	385
Amortização Acumulada		-	-	(13)	(13)
Total do Intangível – direito de uso		-	385	(13)	372

9. Fornecedores

Descrição	2025	2024
Fornecedores de serviços	1	1
Total - Circulante	1	1

10. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente a terrenos para a instalação de usinas fotovoltaicas próprias, conforme demonstrado abaixo:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2024	Amortização	Juros	Saldos em 2025
Arrendamentos operacionais	-					
Terrenos	25	11,05%	383	(47)	44	380
Total			383	(47)	44	380
Circulante			42			23
Não circulante			341			357

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldos em 2023	Adição	Amortização	Juros	Saldos em 2024
Arrendamentos operacionais - Terrenos	25	11,05%	-	385	(40)	38	383
Total			-	385	(40)	38	383
Circulante							42
Não circulante							341

Em 31 de dezembro de 2025, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2025
2027	15
2028	15
2029	15
2030	15
2031	15
Após 2031	282
Total	357

11. Impostos e contribuições sociais

Descrição	2025	2024
Contribuições ao PIS e a COFINS	14	9
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	109	6
Contribuição social s/o lucro - CSLL	41	4
Imposto sobre Serviços - ISS	61	61
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	7	7
Encargos Sociais	2	2
Total - circulante	234	89

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Alsol Energias Renováveis S/A (100,0% do capital total).

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Serviços prestados ⁽²⁾	Saldo a receber ⁽²⁾	Recursos destinados a futuro aumento de capital ⁽¹⁾
Alsol Energias Renováveis S/A	3.154	371	-
2025	3.154	371	-
2024	385	241	(376)

(1) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

(2) Serviço de geração distribuída.

13. Patrimônio líquido

13.1 Capital social

O capital social, subscrito e integralizado, é de R\$24.620 (R\$24.244 em 2024) e está representado por 31.696.336 (31.320.336 em 2024) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2025 foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no valor de R\$376, mediante a emissão de 376.000 novas ações ordinárias nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, pelo preço de emissão de R\$1,00(um real) por ação, passando o capital social de R\$22.244 para R\$24.620.

As novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal são, nesta data, totalmente subscritas e integralizadas pela acionista Alsol Energias Renováveis S.A, mediante capitalização de valor disponível na conta de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) realizado pela acionista até 31 de dezembro de 2024, conforme devidamente reconhecido e registrado na escrituração contábil da Companhia.

13.2 Reserva de lucros – reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

13.3 Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurado com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a distribuição de dividendos, conforme segue:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.885	1.189
Absorção de prejuízos	-	(465)
Reserva legal	(94)	(36)
Lucro líquido ajustado	1.791	688
Dividendos obrigatórios (25%)	448	172
. Dividendos a pagar – R\$0,014123996 (R\$0,005585189 em 2024) por ação ordinária	448	175
. Dividendos adicionais propostos – R\$0,042371988 (R\$0,016377946 em 2024) por ação ordinária ⁽¹⁾	1.343	513
Total dos dividendos	1.791	688
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

⁽¹⁾ Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RD.

14. Receita Operacional Líquida

Descrição	2025	2024
Receita operacional bruta		
Locação de equipamentos	3.069	1.915
Deduções à receita operacional		
PIS	(20)	(12)
COFINS	(92)	(58)
Total das deduções à receita operacional	(112)	(70)
Receita operacional líquida	2.957	1.845

15. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem as seguintes composições por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo do serviço	Despesas Operacionais	Total	
	De Operação	Gerais e administrativas	2025	2024
Serviços de terceiros	-	-	-	5
Depreciação e amortização	798	15	813	507
Outras	49	(1)	48	59
Total	847	14	861	571

16. Receitas e despesas financeiras

Descrição	2025	2024
Receita de aplicações financeiras	390	77
Total receita financeira	390	77
Ajuste a valor presente	(45)	(27)
IOF	-	-
Juros pagos	(2)	-
Outras despesas	-	(2)
Total despesa financeira	(47)	(29)
Despesas financeiras líquidas	343	48

17. Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício estão demonstrados a seguir:

Regime lucro presumido	2025		2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Receita da prestação de serviços	3.069	3.069	1.150	1.150
Alíquotas de presunção	32%	32%	32%	32%
Base de cálculo	982	982	368	368
Receita sobre aplicações financeiras	281	281	77	77
Outras receitas financeiras	82	82	-	-
Base de cálculo	363	363	77	77
Base de cálculo total	1.345	1.345	445	445
Alíquota	15%	9%	15%	9%
IRPJ e CSLL	(202)	(121)	(67)	(40)
Adicional IRPJ (10% da base superior a R\$20 por mês)	(110)	-	(26)	-
Outros	(60)	(22)	-	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(372)	(143)	(93)	(40)

18. Lucro por ação

O resultado por ação básico e diluído foi calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva quantidade de ações em circulação.

	2025	2024
Lucro do exercício	1.885	1.189
Média ponderada das ações	31.5711	26.159
Lucro básico por ação em Reais - R\$ ⁽¹⁾	0,06	0,05

⁽¹⁾ A Companhia não possui instrumento diluidor.

19. Meio ambiente

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus produtos, processos e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente.

20. Cobertura de seguros

A política de seguros da Energisa e suas controladas baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não examinadas pelos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de vencimento	Importância Segurada (R\$ mil)	Consolidado	
			2025	2024
Risco Operacional	06/10/2026	90.000	31	38
Total			31	38

21. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2025 e 2024, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da empresa, é o que segue:

Descrição	2025	2024
Atividades operacionais		
Arrendamento mercantil - IFRS 16	-	385
Atividades de investimentos		
Intangível - IFRS 16	-	385
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	376	-
